

**UMA FÊNIX À PROCURA DAS CINZAS?
PALINGÉNESE E COMUNIDADES IMAGINADAS NO JORNAL
A NAÇÃO (1946-1948)
A PHOENIX SEARCHING FOR THE ASHES?
PALINGENESIS AND IMAGINED COMMUNITIES IN THE
NEWSPAPER A NAÇÃO (1946-1948)**

SUSANA BORGES

Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra |
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)
susborges@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4242-208X>

SÉRGIO GONÇALO NETO

Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e
Memória (CITCEM), Faculdade de Letras
sgdneto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

CLARA SERRANO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)
claraisabelmeloserra@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9837-6978>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/07/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 06/03/2024

Resumo

Enquanto o regime do Estado Novo, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, se reposicionava perante o crescimento da oposição interna e a nova

geopolítica da Guerra Fria, o jornal *A Nação* (1946-1948) foi um instrumento de propaganda e de doutrinação da extrema-direita. As suas páginas foram pautadas por temas recorrentes do ideário fascista, fazendo o jornal a defesa de Mussolini e do Nazismo. Tendo presente os conceitos de «palingénese» e de «comunidades imaginadas», assim como outros elementos estruturantes do fascismo, este artigo pretende analisar de que modo os seus *leitmotiven* foram pensados numa estratégia discursiva agressiva e mobilizadora. Por outro lado, procura passar em revista outros elementos, como a secção poética, a iconografia e uma certa visão do mundo que, a certo ponto, se julgou transcendente. Sobretudo, a referência à palingénese permitirá mensurar de que modo a hipótese de um «renascimento» foi (ou não) equacionada.

Palavras-chave

Imprensa; Pós-Segunda Guerra Mundial; Fascismo; Comunidades Imaginadas; Palingénese.

Abstract

While the Portuguese *Estado Novo* (New State) regime was reorganizing itself in the face of rising internal opposition and the new geopolitics of the Cold War, the newspaper *A Nação* (1946-1948) was an instrument of propaganda and indoctrination of the far-right in the post-Second World War. Its pages were guided by recurring themes of fascist ideology, with the newspaper defending Mussolini and Nazism. Bearing in mind the concepts of «palingenesis» and «imagined communities», as well as other structuring elements of fascism, this article aims to analyse how its leitmotifs were conceived in an aggressive and mobilizing discursive strategy. On the other hand, it attempts to review other elements, such as the poetic section, the iconography, and a certain vision of the world that, in a certain way, was thought to be transcendent. Above all, the reference to «palingenesis» will allow us to understand how the hypothesis of a «rebirth» was (or was not) considered.

Keywords

Press; Post-Second World War; Fascism; Imagined Communities; Palingenesis.

Introdução

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou na Europa, e as suásticas iam sendo removidas, não tardou a ecoar a questão do retorno do fascismo. Na verdade, embora alguns autores sustentem que os regimes

ditatoriais ibéricos terão sido expressões «epigonais» dessa ideologia no poder (Collotti 1992: 165), o certo é que a maior parte dos estudiosos rejeita a sua inclusão plena neste campo. Assim, em Portugal, a expressão mais acabada do fascismo residiria no movimento do Nacional-Sindicalismo (NS), os Camisas Azuis, liderado por Rolão Preto, ao qual se opôs Salazar, em nome de um «autoritarismo conservador», ainda que eivado de elementos «fascizantes» (Pinto 1992; id. 1994; Paxton 2004: 256). Para este entendimento, por vezes ambíguo, em muito contribuiu a propaganda da época. Veja-se que o estribilho «Tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato», de Mussolini, tornou-se, no caso luso, o mais impreciso «Tudo pela Nação, nada contra a Nação», já ao tempo assinalado por Fernando Pessoa. De igual modo se devem recordar as famosas entrevistas concedidas por Salazar a António Ferro, quando o primeiro, apesar de reconhecer semelhanças, procurou, sobretudo, separar as águas entre o Estado Novo e o fascismo italiano.

Num debate que seria longo e que, em boa medida, não cabe no âmbito deste artigo, dir-se-ia que o Estado Novo também tem sido interpretado como um fascismo «genérico», um fascismo «sem movimento fascista» (Lucena 2002), um fascismo «à portuguesa» (Torgal 2009) ou até um fascismo «catedrático», recuperando a aceção de Unamuno (Sousa 2011) – sendo a visão desse regime enquanto «fascismo» aquela que subscrevemos. Com efeito, embora não tivesse sido gerado a partir de um movimento/partido de massas que o alçasse ao poder, ou tivesse alimentando posições revisionistas, a verdade é que o Estado Novo, construído de “cima para baixo”, como “fascismo poder” (Rosas 2019: 27-29), foi imperialista e racista. Neste âmbito, enfatizou uma «mística» (imperial) assente num darwinismo social sublinhado, sobretudo, nas grandes exposições dos primeiros anos (Azevedo 193-). Por outro lado, o seu nacionalismo não deixou de se estribar no mito palingenético (Rosas 2019: 161-162), conceito que dilucidaremos mais abaixo. Em paralelo, procurou moderar o difícil diálogo entre ruralidade e modernismo, proveniente das décadas anteriores, devendo aqui dar-se o exemplo de António Ferro – na Primeira República, editor de *Orpheu* e autor da (censurada) peça *Mar Alto*; admirador de Mussolini e entusiasta das «grandes trágicas do silêncio»; e, depois, «criador» de Monsanto e do *Verde Gaio*. Por último, não deve ser perdida de vista a dualidade «revolução» (nacional) e «contrarrevolução», assim como a adoção da «terceira via» corporativa. Em todo o caso, conforme se referiu, esta

discussão mereceria um escrito próprio, capaz de retomar um debate complexo e antigo na historiografia (Torgal 2009: 53-65).

Porém, ainda que o Estado Novo possa não ser considerado fascismo *tout court*, o mesmo surge em livros versando essa ideologia, com as roupagens de «fascizante» ou enquanto reflexo do *zeitgeist* (Milza 2001: 392-394). Sabe-se que alguns dos apoiantes do regime provinham de sectores mais radicais, os quais saudaram, sem peias, a ascensão de Hitler e as realizações do nazismo: pense-se, por exemplo, em Alfredo Pimenta, uma das figuras centrais nestes entendimentos. O Estado Novo, resultando da coalizão das diversas direitas políticas, incluiu também «a direita populista, ‘revolucionária’, pequeno-burguesa e radical, assumidamente fascista», quer dizer, o NS (Rosas 2012: 134). Segundo alguns autores, a absorção de parte deste movimento nas hostes do regime, assim como o sobressalto nacionalista da Guerra Civil de Espanha, teriam ajudado a conferir uma «estética» decididamente fascista ao regime, que se prolongaria, pelo menos, até ao fim da Segunda Guerra Mundial (Rosas 2001: 1033).

Sem dúvida que importa refletir se esta «estética» e este corpo fundamental de ideias terão sofrido um revés decisivo em 1945, ou se, pelo contrário, sobreviveram em certos meios, mantendo um tom discursivo alheio às operações cosméticas levadas a cabo pelo regime no pós-guerra. Neste âmbito, o jornal *A Nação* (1946-1948) constitui um exemplo significativo, na medida em que corporizou e antecipou um dos vetores da extrema-direita europeia na segunda metade do século XX: firmar-se no campo cultural e ideológico, mais do que no político, depois do descrédito generalizado desses movimentos (Madeira 2021). Como quer que seja, movendo-se no contexto do crescimento da oposição interna ao regime, o periódico acompanhou os Julgamentos de Nuremberga e os passos que conduziram ao nascimento do Estado de Israel, usando um argumentário antisemita. A absolvição do aventureirismo mussoliniano, o discurso a um tempo anticapitalista e anticomunista, a rejeição visceral da maçonaria e o apelo a uma «nova ordem», tutelada pela civilização ocidental, foram outros tantos temas que percorreram as suas páginas.

Tendo presente os importantes estudos de Riccardo Marchi versando as «direitas radicais portuguesas» (2009a; 2009b; 2020) e, mais recentemente, os não menos significativos contributos de Bruno Madeira, no que concerne às décadas da democracia (2020; 2021;

2023), este texto busca analisar, sobremaneira, a dimensão discursiva e mitificadora de *A Nação*. Ou seja, muito embora se pretenda enquadrar os seus colaboradores e a sua «filiação» no universo da extrema-direita nacional e internacional da primeira metade do século XX, o certo é que, dada a existência de outros trabalhos análogos e a opção pessoal de avaliar possíveis metamorfoses, o foco analítico incidirá mais sobre os temas condutores que encadearam a longa sucessão de páginas de *A Nação*, quase sempre incisivas, mas invariavelmente nostálgicas de um passado feito em ruínas.

Neste sentido, particular atenção será prestada aos conceitos de «comunidades imaginadas» de Benedict Anderson e de «palingénese» de Roger Griffin. De facto, a questão do nacionalismo subjaz a estas duas formulações teóricas, uma vez que, segundo Anderson, aquele pressupõe a imprensa como geradora de simultaneidade e de consensos, abrindo espaço à crença em grandes conjuntos humanos irmanados em torno de alguns valores comuns (2005: 55-57). Por outro lado, o mito palingenético, enfatizando a existência de um ciclo de «ascensão e queda», em que a fénix deve renascer das cinzas (Rosas 2019: 160-161), será aqui significativo por duas razões. Em primeiro lugar, porque Griffin atribuiu um lugar central a este mito, quando do surgimento dos fascismos nos escombros da Primeira Guerra Mundial (2018: 42). Nas suas palavras, o apelo à «revolução» resulta nuclear na definição do «fascismo genérico» como uma modalidade de «ultranacionalismo», «que tenta realizar o mito da nação regenerada» (Griffin 2012: 1). Um mito cuja aplicação prática se traduz na criação de um movimento que visa combater a decadência social e cultural e promover um «novo homem», construindo uma modernidade sociopolítica e cultural alternativa ao capitalismo liberal.

Assim, caberia aos fascismos restaurar os orgulhos nacionais feridos, através de um renascimento que, ao mesmo tempo, punha a tónica na ideia de revolução. Por outro lado, cumpre perguntar, após a derrota do «fascismo histórico», na Segunda Guerra Mundial, teriam estes movimentos equacionado um novo renascimento, passe a redundância?

Ora, como se procurará demonstrar, também *A Nação* se alicerçou em tais argumentos, tomando como ponto de partida a derrota do nazi-fascismo, no contexto de um mundo prestes a embarcar na política de blocos da Guerra Fria, mas fazendo-se publicar num país governado por um regime autoritário, que buscava agora ocultar boa parte dos

elementos que o poderiam identificar como um fascismo sobrevivente da conflagração de 1939-1945. Neste âmbito, tendo em conta o tom e os temas de *A Nação*, torna-se possível falar em (neo)fascismo, mesmo que alguns artigos negassem este carácter nas mesmas páginas em que incensavam Mussolini, aniversário após aniversário.

De modo a responder à pergunta acerca do carácter (neo)fascista da *A Nação*, este artigo incluirá diversas alíneas ponderando tal hipótese. A primeira compreenderá um muito breve excursus através das veredas percorridas pelas correntes radicais da direita, no contexto do nascimento da ditadura portuguesa. Por sua vez, a segunda, estabelecendo as necessárias pontes com a primeira fase do Estado Novo, nos anos de 1930/1940, buscará caracterizar o jornal como um inegável instrumento doutrinário, assim como traçar um possível «perfil» dos seus colaboradores. Quanto à terceira alínea, esta versará a problemática da raça e da nação, enquanto entidades imanentes e centrais a uma visão essencialista da história. Esta terceira alínea passará, ainda, em revista o sagrado e o mito, sabendo-se como a sacralização da política e a «religião cívica» são elementos da modernidade, de resto enfatizados pela mesma Revolução Francesa que o pensamento fascista (e conservador) afirmava combater. Já a quarta alínea levará em linha de conta os juízos gizados perante passado e presente, quer dizer, de que modo os acontecimentos da época foram perspectivados e de que modo o «declínio» foi equacionado. Cumprirá à derradeira ensaiar uma análise sobre os poemas e os desenhos publicados no periódico – fontes nem sempre cabalmente exploradas, mas dotadas de grande potencialidade.

Nacionalismo, integralismo e fascismo

Num trabalho, hoje já clássico, António Costa Pinto analisou com detalhe a «ideologia, elites e movimentos fascistas» em Portugal, no lapso entre o início da Grande Guerra e o ano final do conflito mundial seguinte (1994). Apontando para o Integralismo Lusitano (IL), fundado em 1916, como a matriz de uma série de movimentos que viram a luz do dia nos anos de 1920 e 1930, Costa Pinto não deixou de registar o seu tradicionalismo monárquico, o antiliberalismo militante e uma rejeição da modernidade pós-revolucionária, que encontrava respaldo nas formulações da *Action Française* (1994: 24-31). Era assim que

António Sardinha, seu principal teórico e ideólogo, mas desaparecido precocemente, em 1925, se alancorava, a par de Sidónio Pais, a uma espécie de «ausente» ou avatar sebastianista de grande parte da direita portuguesa do entre-guerras. Procurando combater a República «radical», «jacobina» e «maçónica», através de publicações doutrinárias, como *A Nação Portuguesa*, alguns dos seus membros não deixaram de participar nas revoltas monárquicas dos primeiros anos sucedendo ao 5 de Outubro, apoiando, de igual modo, a «República Nova» e a «Monarquia do Norte».

Aliás, de certo modo, à imagem do que sucedeu com a pulverização do «campo partidário republicano» ao centro e à esquerda (Leal 2008), também eventos, como o impacto da Primeira Guerra Mundial e a experiência sidonista, alteraram a configuração da direita, promovendo a sua (des)integração em diversos grupúsculos: a Cruzada Nacional Nun' Álvares Pereira (1918-1938); o Nacionalismo Lusitano (1923-1925); a Liga Nacional 28 de Maio (1927-1974); e o já mencionado NS (1932-1934) – algumas das quais com uma existência fantasmática após a instituição do Estado Novo. Seja como for, o triunfo político de Mussolini gerou uma vertigem fascista, patenteada em diversas publicações, como *A Ditadura* (1923), jornal que chegou a exibir o subtítulo de «periódico do fascismo português», na sua sustentação do movimento do Nacionalismo Lusitano (Pinto 1989: 48).

Não menos relevante foi o facto de diversos jornalistas, como António Ferro, Homem Cristo e Augusto de Castro, que se movimentaram noutros espaços, como os corredores diplomáticos, se terem entusiasmado por ditadores e ditaduras, sendo de sublinhar a admiração que mantiveram por Mussolini e pelo seu regime, na sua crítica à crise do demoliberalismo (Leal 1994: 53-56; Serrano 2017: 297-303). Sem dúvida, que as suas vívidas descrições do «batisseur de l'avenir» italiano (Cristo 1923) contribuíram para a divulgação exaltada de um ideal a concretizar num quadro de suposta «apagada e vil tristeza», em que a «Nova República Velha» deveria dar lugar a um «estado novo» de ressurgimento e de reencontro com a essência nacional. Diversos autores, como António de Cértima, veterano da participação na Primeira Guerra Mundial em Moçambique, que sobre a mesma redigiu memórias desencantadas (1924), afinaram pelo mesmo diapasão (1927).

Por seu lado, uma segunda geração integralista, na qual pontificaram Manuel Múrias, Pedro Teotónio Pereira e Marcelo Caetano – tendo vindo a desempenhar cargos de relevo no regime de Salazar – firmou-se no espaço público e na imprensa, sendo de destacar *Ordem Nova*

(1926-1927). Esta revista, que se declarava «anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa», mas também «reaccionária», «católica», «monárquica», «intolerante e intransigente», numa sorte de *attrappe-tout* pela negativa, ficou (também) famosa pelos ataques «moralizadores» desferidos contra a pretensa «degradação» da «literatura obscena» de escritores como «um tal Raul Leal», António Botto e «duma desavergonhada chamada Judith Teixeira» (Caetano 1926: 156-158).

Uma outra fonte, que veio a desaguar no Estado Novo, brotou da cisão do NS, em 1933: vejam-se o advogado monárquico José Cabral ou o antropólogo Eusébio Tamagnini (Pinto 1994: 246-248). Cumpre, ainda, destacar o facto de um vulto monárquico e integralista, como Alfredo Pimenta, ter ganhado destaque no seio do regime salazarista, ao mesmo tempo em que se convertia numa das vozes mais tonitruantes na apologia do nacional-socialismo. E vale a pena recordar a sua colaboração na revista *Esfera*, «que devido aos financiamentos da Legação alemã, ela é considerada um instrumento da propaganda bélica do III Reich em Portugal» (Marchi 2009a: 32). Na verdade, ainda segundo Marchi, Alfredo Pimenta teria sido um farol para os jovens fundadores de *A Nação*. As suas elucubrações vincadamente nacionalistas, vindas a lume em diversos periódicos dos anos de 1940, constituíram um catecismo radical acerca das «conspirações» dos «poderes ocultos» da maçonaria e do comunismo internacional (id.). Não deve, pois, estranhar-se que, no contexto do pós-guerra, na primeira grande crise do Estado Novo, com o cerrar de fileiras do regime, o olhar um tanto cético daqueles que poderiam não entender o tacticismo da promessa de Salazar, acerca de promover a realização de «eleições tão livres como na livre Inglaterra», se tivesse virado para Pimenta, na senda de que apadrinhasse o lançamento de um periódico «na hora própria» (O'Neill 1946: 1).

O jornal *A Nação* como instrumento doutrinário

Escassos meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, o relançamento de um título que é, em si, um programa doutrinário, *A Nação*, propiciou a reorganização de diferentes grupos nacionalistas portugueses em torno das páginas do jornal, que funcionou, entre 1946 e 1948, como veículo de difusão de um ideário da direita radical portuguesa, de «saudosistas do Eixo» (Marchi 2009a: 83). Outro periódico da época a reter foi *Mensagem*

(1946-1950), que despontou em Coimbra, pela mão dos estudantes monárquicos Caetano de Melo Beirão, António de Faria Pimentel e José João Gonçalves de Proença, também com o encorajamento de Pimenta (id.: 174-175). Numa palavra, um conjunto de «intelectuais militantes que escolheram partilhar, no seu agir político no Portugal autoritário dos primeiros anos do pós-guerra, mitos, símbolos, *slogans* do fascismo» (id.: 19) – mesmo que o mencionado estudioso destas temáticas tenha alimentado algumas reservas sobre a exata natureza deste (neo)fascismo, mais nutrido pelo legado integralista e monárquico, do que pelo fascismo nacional-sindicalista assimilado e derrotado na década anterior (id.: 221-223). Daí que remeta para os anos de 1960 uma nova «militância da direita radical com tentações fascistas [...] quando as crises internas e internacionais do regime» teriam proporcionado «novo fôlego ao nacionalismo radical» (id.: 231).

O jornal *A Nação*, «semanário de actualidade política e literária», resultou de um projeto começado a desenhar, em 1945, por José O'Neill e pelos irmãos João e Manuel da Costa Figueira, respetivamente, diretor e editor, proprietário e redator principal, e administrador. A «seriedade» do momento e a «urgência» do combate eram enfatizadas nos textos de apresentação nas duas primeiras edições do jornal. «Na hora própria» introduzia o primeiro número, a 23 de fevereiro de 1946, sobressaindo os tons carregados – «parece que uma grande noite de treva está a descer por sobre a humanidade» – e o imperativo de consciência que se apresentava: «este semanário surge na hora própria, quando muita cobardia se agacha e se furta às responsabilidades». As referências temporais, quer as patentes nos títulos, quer as que decorrem de fórmulas, como «nesta hora dolorosa e conturbada» (Oliveira 1946), visavam criar nos leitores um sentimento de urgência em relação à revolução, como se se vivesse em contrarrelógio. Já a alusão, recorrente nas páginas do periódico, a tonalidades escuras e sombrias ao que se pretendia retratar de modo negativo, assim como a associação da luz a valores positivos dos ideais ou das personalidades que se visava exaltar, caracterizava uma redação marcadamente visual, que interpelava os sentidos dos leitores, construindo uma imagética dual: «luz/sombra», «bem/mal», «amor/ódio» (Gil 2023: 198-199). Importa insistir no quanto este imaginário metafórico e lexical se encontra presente em quase todas as expressões mitológicas e religiosas, impregnando, também, a paleta simbólico-cromática da religião cívica (veja-se a chama da Pátria), e sob o qual o

fascismo ergueu parte da sua estratégia discursiva e imagética. Ainda assim, este primado da luz, patenteado noutras figurações da «época dos fascismos», como os desfiles noturnos à luz de archotes, diz bem do uso generalizado deste símbolo pelas (e contra as) diferentes ideologias. A este propósito, vale a pena recordar uma passagem do discurso de Winston Churchill, quando da queda da França, em 1940: «but if we fail, then the whole world [...] will sink into the abyss of a new Dark Age made more sinister, and perhaps more protracted, by the lights of perverted science» (BBC 2020).

Deste modo, a «missão» era explicitada na edição seguinte de modo lapidar: «fazer doutrina» (O'Neill 1946b: 1). O compromisso resultaria claro: «a Pátria portuguesa, a Nação, una, indivisível, cuja Unidade e Grandeza Imperial nos propomos fanaticamente defender» é a sua *raison d'être*, não se admitindo «a sua subordinação» a «outros valores». Nessa segunda edição, o texto que, embora não identificado explicitamente como tal, cumpria as funções de editorial, retomava a metáfora das «negras e taciturnas perspectivas» do «minuto supremo e inquietante que vivemos», numa estratégia retórica que assinalaria um argumento nuclear do ideário fascista, segundo a concetualização ideal-típica de Roger Griffin: a crítica à degradação e à decadência das sociedades, ao mesmo tempo que assinalava a urgência da ação (2018). Este período, marcado pelo triunfo militar do liberalismo norte-americano e do comunismo soviético, concitando, ademais, as esperanças da oposição portuguesa ao Estado Novo, apenas poderia ser aqui entendido numa lógica de novo «desconcerto do mundo», como sucedera à geração anterior, após a ordália das trincheiras.

Seria, pois, contra esta decadência – «a falência dramática e pungente da vida actual» – que o jornal deveria congrega diversos grupos simpatizantes do fascismo e que, no pós-guerra, estavam politicamente desorganizados. Ou seja, «nas páginas de *A Nação* todas as almas se reencontram: desde os contra-revolucionários puros aos monárquicos tradicionalistas, aos republicanos de extrema direita», passando pelos «conservadores católicos de cariz integrista» e pelos mais «jovens neofascistas» (Marchi 2009a: 81). Dir-se-ia que este «renascimento» como que ecoava os primórdios do fascismo, em 1919, com uma amálgama ideológica a reunir-se em redor de um novel projeto. O próprio jornal referia essa adesão de grupos ideologicamente afins, graças à «afluência extraordinária de pedidos de assinaturas, que choviam às dezenas». Não

obstante, admitia-se tratar-se de um «campo necessariamente restrito, que cedo acabaria por atingir a saturação» (Redação 1947a: 4). Enquanto as assinaturas eram entendidas como um êxito «de ordem política», as vendas em banca – «chegaram mesmo alguns números a esgotar-se» – foram proclamadas como uma «vitória jornalística», abrindo portas a um público ilimitado. Visualizava-se uma «comunidade imaginada» de «almas reencontradas», uma simultaneidade de pontos de vista que o periódico se propunha harmonizar, fazendo uso de um tom enfático que hostilizava todas as outras comunidades, grande parte das quais também fruto da sua imaginação: afinal, a maçonaria portuguesa «abatara colunas» na década anterior.

Neste âmbito, as suas páginas incluíram «conceitos centrais do fascismo», como Nação, Estado, Violência, Síntese, Revolução e Autoridade (Martins 2022: 20-26), devendo acrescentar-se a Transcendência (Mann 2011: 43-44). Do mesmo modo, não enjeitaram desferir ataques antisemitas, assim como visar o comunismo e a democracia. Abordando temas «primordiais», como a «raça» e o «sangue», *A Nação* não olvidou a atualidade noticiosa, embora perorasse e doutrinasse, mais do que informasse, concentrando-se nos Julgamentos de Nuremberga e no surgimento do Estado de Israel, sobre esses construindo opiniões de vincada rejeição, ao mesmo tempo que ia assinalando, com indisfarçável nostalgia, as efemérides do fascismo (italiano), assim como algumas realizações do Estado Novo. Os seus números compreendiam, em geral, um texto fazendo as vezes de editorial; uma secção de ensaio e de polémica – como a suscitada por um texto de Joel Serrão, dado à estampa na *Seara Nova* (Cruz 1946: 2); «a semana comentada pel’*A Nação*»; crónicas internacionais; uma secção de poesia; e, por vezes, caricaturas oriundas de outros jornais de direita, como o *Daily Mail* – consagrando os redatores particular atenção ao panorama fora de portas. Nos meses finais da existência de *A Nação*, conforme será desenvolvido na última alínea deste artigo, começaram a surgir desenhos claramente devedores a uma estética fascista, assinados por um artista português.

Além de antigos colaboradores de *A Esfera* – caso de Joaquim Lança, que depois escreveu sobre figuras gradas do nacionalismo, como o Condestável ou o «Navegador» – o novo jornal contou com os «novos», alguns dos quais viriam a integrar outros projetos editoriais de extrema-direita, como a revista *Tempo Presente* (1959-1961). Foram os casos de

António José de Brito, simpatizante nazi e negacionista do Holocausto, que se tornaria o «decano da direita radical portuguesa» (Marchi 2009a: 15), havendo integrado o Movimento de Ação Portuguesa (MAP), grupúsculo com ampla ação durante a Revolução dos Cravos; Caetano Melo Beirão, que dirigia a mencionada *Mensagem*; e José O'Neill, que estaria à frente do semanário *Agora* (1962-1969). De igual modo, *A Nação* contou com a participação de figuras importantes da extrema-direita internacional, como Leo Negrelli, cujas atividades remontavam à aventura de Gabriele d'Annunzio, em Fiume, vindo depois a desempenhar a função de adido de imprensa da República de Saló, ao passo que, nos anos de 1970, viria a manter relações com a Aginter Press; Jacques Ploncard d'Assac, escritor ligado ao regime de Vichy, depois refugiado em Portugal, onde escreveu encômios a Salazar e ao Estado Novo, e finalmente regressado a França, após o 25 de Abril, onde veio a apoiar a Frente Nacional, de Jean-Marie Le Pen; e Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, nos anos de 1930, e apoiante do golpe de Estado que, em 1964, depôs o presidente da República João Goulart, abrindo caminho à Ditadura Militar.

Na realidade, *A Nação* interessaria aos que «só agora se descobrem conscientes», aos que «por serem adversários, se sentem aguilhoados» e até a todos «os indiferentes» que «procuram um jornal interessante para mero entretenimento do espírito». Numa palavra, «estes são os leitores 'sem favor' os que dão a melhor prova da utilidade do jornal» (Redação 1947a: 4). E se, desde as primeiras edições, se assumia como uma publicação doutrinária, no outono de 1947 o jornal apresentava-se como ator político de pleno direito, como «porta-voz de uma ideia», cujo «raio de ação se estende progressivamente [...] estamos a tornar-nos num órgão de opinião pública» (id.), exultava o coletivo editorial⁽¹⁾.

Ademais, no seu estudo pioneiro sobre o *aggiornamento* da direita radical portuguesa, Riccardo Marchi aponta a contraofensiva doutrinária como «o marco genético» de *A Nação*, mas também o objetivo de congregar «todas as forças da contra-revolução» numa frente nacionalista que se caracterizasse pela tradição e pela transformação do eterno no fluir histórico (Marchi 2009a: 99). Esta referência à «contrarrevolução» assume um significado neste contexto que importa esclarecer: refere-se à

(1) Refira-se que este editorial, como era apanágio do jornal, não surgia identificado como tal e, ao contrário do habitual, nem sequer surgia na primeira página, nem mesmo em página ímpar: «abria» a página quatro, o que, ainda assim, lhe conferia relevância.

posição dos monárquicos, tendo como figura tutelar Alfredo Pimenta, em relação à revolução republicana – uma vez que a «Revolução Nacional» de 1926 estava acima de qualquer discussão. Ao longo dos três anos em que foi publicado, o semanário afirmou-se nem conservador, nem reacionário, mas antes um «órgão nacionalista da extrema-direita» que «pretende ser, desde que nasceu, o sincero e desassombrado porta-voz dos irreverentes, dos eternos insatisfeitos» (O'Neill 1947).

Tratar-se-ia de um nacionalismo revolucionário, do qual emergiria uma nova sociedade, uma nova ordem e um novo homem? Ou estaríamos perante uma acomodação ideológica daqueles que, não se revendo inteiramente no Estado Novo, lamentavam a derrota do nazi-fascismo e, em última análise, recordavam o *in illo tempore* da velha Europa anterior às jornadas de 1789? Revolução ou contrarrevolução? Talvez ambas.

O jornal, quer se punha ao serviço da difusão do ideário fascista e da congregação de grupos nacionalistas dispersos, quer apelava à ação em prol da revolução que regeneraria a nação e que, pese embora ter-se iniciado há quase duas décadas, e ser à data corporizada por Salazar, o «chefe» incontestado, teria sido traída, deixando de progredir. Daí a assunção de uma «oposição construtiva a constituir-se e a desenvolver-se, com *A Nação*, em perfeita legalidade» (O'Neill 1946b: 1), que conjugava os princípios «da liberdade e da autoridade social». Ou seja, com Salazar, mas contra a sua corte de funcionários e contra o modo como o Estado corporativo estaria a ser concretizado:

entendemos que as revoluções não se fazem sem revolucionários. Impossível impor uma política social em profundidade por meio de um processo por tudo e em tudo burguês. É este aspecto do problema que nos confrange e arrefece (O'Neill 1946a).

A propósito do 21.º aniversário da Revolução Nacional de 1926, numa missiva endereçada a Marcelo Caetano, líder da União Nacional (UN), era criticado o «derrotismo negativista» que se espalha nas «fileiras da Ressurreição», contestando-se a ausência de uma «unidade doutrinária»: «cabem os liberais, cabem os democráticos, cabem os monárquicos, cabem os republicanos, cabem os nacionalistas totalitários, indiferentes a regimes, cabem os católicos, cabem os 'homens de mão estendida'» (Araújo 1947: 1). As críticas à UN ocorriam em textos com alguma ambiguidade, denunciando-se um inimigo espectral. Veja-se que estes

reparos ao aparente «cinzentismo» de Salazar e à UN remontavam aos alvares do Estado Novo, podendo ser descortinados nas mencionadas entrevistas de António Ferro e, a descoberto, pelos membros do NS, quando procuravam a «mística que não se encontra» (Pinto 1994: 194).

Por último, dado o seu carácter doutrinário, o jornal apostou em tipologias textuais de natureza opinativa, como os comentários e os textos valorativos de posições, de discursos ou de teses defendidas por outrem. Sendo um hebdomadário, os géneros jornalísticos como a revista de imprensa ou as críticas a obras culturais adequam-se à utilização de modalidades de intertextualidade (Genette 1997; Walty 2009), como a alusão ou a citação. Exemplo dessa estratégia retórica foi a invocação de autores reputados (nacionais e internacionais, vários associados ao nazismo), servindo as suas obras para desenvolver uma argumentação por analogia, com objetivos perlocutórios de persuasão em favor do ideário fascista. Outro recurso passou pela apropriação de figuras destacadas da história nacional, como Nun' Álvares Pereira, D. Sebastião ou o Infante D. Henrique (Lança 1948: 1), interpretando a sua conduta e os acontecimentos em que estiveram envolvidas à luz da palingénese, como adiante se irá explorar. Verificava-se, pois, uma *mitificação* dessas personalidades, num labor ideológico em tudo semelhante à intensa propaganda desenvolvida sob a orientação de Ferro ao serviço do regime.

Raça, nação e mito

O centenário de Oliveira Martins, um autor caro à direita do entre-guerras, propiciou a revisitação da sua obra, a partir da qual se argumenta pela superioridade «racial» e da civilização europeia, colocando o catolicismo no centro da narrativa de legitimação do colonialismo. Através da citação, estabelecia-se a genealogia da civilização europeia – remontando à fusão, através do cristianismo, do mundo romano com o germânico – «que encheu por fim todos os continentes submetidos ao magistério espiritual da melhor raça estabelecida no melhor local» (Gomes 1946: 7). Associando as dimensões biológica (a «raça» baseada nos laços de sangue) e cultural (o catolicismo apresentado como «o cristianismo da vida moderna», «positivo», que identifica Deus com o Bem e com o Amor), era, por extensão, elaborado um pensamento ocidental luminoso. O cristianismo seria central na visão essencialista

da identidade da nação imperial, com uma missão evangelizadora que se estendia à Ásia, à África e à América. Lamentava-se, porém, a perda «do sentimento da caridade cristã» e a sua substituição «pelo ódio vil que não cansa, as paixões que obscurecem a inteligência» (Oliveira 1946).

Por exemplo, o integralista Plínio Salgado revisitava a crise dinástica do século XIV através da figura de Nun' Álvares Pereira, apresentado na sua dupla dimensão de «herói» militar e de «santo» religioso, para invocar na mente dos leitores esse outro momento de «refundação nacional» e estabelecer uma analogia que promovia o ideário ultranacionalista e legitimava o colonialismo. «Tinha Nun' Álvares já bem forte a ideia de que Portugal era uma Nacionalidade, com marcada missão no mundo e destino muito próprio» (Salgado 1946: 13). Construíra uma narrativa em torno da «predestinação» desta «comunidade imaginada», através da defesa de uma «conceção genuinamente ibérica do cristianismo», assente na obediência à doutrina papal, que unia as nações ibéricas num desígnio comum: o de «'fazerem muita cristandade', como diria Don Sebastião». Conferia-lhe ainda, e era essa a tese central, uma justificação teleológica: «ensinou-nos Nun' Álvares que o supremo destino está em Deus” e, glosando Horácio, que “lutar pela Pátria, lutar em prol da comunidade, infatigavelmente, é belo» (id.).

De facto, a análise do discurso do jornal leva-nos à sua caracterização como populista. Não por acaso, a mencionada figura mitificada de Nun' Álvares era apresentada como intérprete da «intuição popular», antecipando, pela ligação ao povo – e ao contrário da nobreza que ele próprio integrou – os intentos de domínio de Castela. Veja-se que, a despeito de republicanos, como Augusto Casimiro, muito terem escrito sobre o Condestável (1916), a verdade é que este foi cooptado pela direita, através da *Cruzada Nacional Nun' Álvares Pereira*, no contexto da sua beatificação, em 1918.

O «quadrado ideológico» que amiúde surge nas páginas do jornal reduz-se a uma expressão mais elementar, a oposição entre «nós» e o «outro», sobressaindo um *ethos* populista, graças à dicotomia entre os «representantes do povo» e as «elites» corruptas. Não obstante a ambiguidade do conceito de populismo (Moffitt 2015; Panizza 2005), a reivindicação de que se fala em nome do povo – que nem é real, nem inclui toda a gente, sendo caracterizado não pelo que é, mas em relação a quem se opõe (Mudde 2004: 546) – é uma das características do discurso populista que merece o acordo dos académicos. Sejam as elites, ou sejam

outros inimigos (reais ou imaginários) a construção retórica de uma divisão entre «nós» e o «outro», estribada no conflito, cumpre uma função essencial na construção da sua identidade política.

Ora, nas diversas edições, pululavam os ataques aos democratas, aos liberais, aos maçons, aos judeus, aos comunistas. Toda a narrativa era de crise, o elemento nuclear do populismo e do mito palingenético (Griffin 2018). Na sua dimensão comunicacional, o populismo é um «esforço de nomeação de atores coletivos» que constrói uma narrativa identitária baseada na reificação do espaço social e em dicotomias polarizadas (Narita e Morelock 2018). Assenta, por um lado, em conceções essencialistas sobre as identidades e, por outro, na fictícia homogeneidade interna desses grupos. Por isso, a «vontade do povo» ora é expressa por líderes carismáticos, ora deve ser orientada para que as novas elites estejam aptas a liderar a Nação renascida. Daí derivava a atenção dada à juventude: «devido à sua natureza carismática e hierárquica, um regime fascista tende naturalmente para a introdução do princípio do líder e da glorificação da juventude como matéria-prima de uma nova geração heróica» (Griffin 2018: 9).

Esse enaltecimento da juventude decorreria da necessidade do surgimento de um «novo homem», que incorporará as qualidades da nação redimida (Griffin 1996: 4). *A Nação* não hesitava em glorificá-la: «de olhos postos firmemente no futuro da Pátria [...] não perdeu a Fé, mas deseja revigorá-la; não abandonou as posições de combate», pelo que «continua a ser assim: valente, sem orgulho, desempoeirada, sem jactâncias, verdadeira» (O'Neill 1946b: 1). Recordando as «demoradas atribulações sofridas por seus pais, numa época de permanentes desvarios», que levaram a uma «caótica e trágica situação social e política», reiterava-se a indispensabilidade e a urgência da «Revolução nacional» (id.). A construção discursiva das «diferenças geracionais» visava estabelecer a ideia da nação em declínio, os «restos de um grande Império», como a herança que institui a legitimidade de ação da direção do jornal, que é o mesmo que dizer dos fatores da revolução nacionalista. Confrontada com «lutas intestinas, sem finalidade, nem grandeza» e com o «progressivo dessoramento das altas qualidades da Raça», «Portugal acordou» graças ao golpe militar de 1926. O apoio à Mocidade Portuguesa (MP), «o mais são pilar da Revolução Nacional» (id.), um dos elementos encarado como mais «fascista», era outra face da mesma moeda.

Assim, o espaço «Falam os Novos» contava com a participação de António José de Brito, então com 20 anos, cujos textos se pautavam

pelo rigor doutrinário. Era, pois, nesse espaço que a importância do mito na mobilização das massas populares era sublinhada com base no pensamento de Schelling, de Rosenberg e de van der Bruch, num claro alinhamento com o ideário nazi, com o intuito de aliciar a juventude e moldá-la para servir a nova nação. Se faria «parte da juventude ser política», importaria ter em conta que a época era de «intelectualização e formação de elites», pelo que haveria que dar aos jovens «a forma correspondente à índole do respetivo Estado» (Soares 1947: 4).

Note-se que, ao oferecer solução para problemas centrais da sociedade moderna, como a integração sociopolítica das massas e as necessidades de um senso de identidade e de instituições políticas que criem ordem e autoridade, o fascismo criava um novo tipo de nacionalismo. «Com um impulso populista, revolucionário, hierárquico e carismático», promove a emergência de uma «aristocracia meritocrática», «chefiada por um líder inspirado» (Griffin 1996: 7). Deste modo, a caracterização do denominado «discurso anti» do fascismo permite-nos identificar como o jornal veiculou esse ideário como uma «força mítica» que sustentava a cruzada «*contra* a decadência e *pela* renovação em todas as esferas da vida nacional» (Griffin 1996: 4). A ideologia fascista corporiza uma modalidade ideal-típica «carismática», de acordo com a clássica distinção weberiana, na qual Roger Griffin baseia a sua conceção de «fascismo genérico». Enquanto forma elitista de nacionalismo populista, o culto do chefe é essencial para a promoção de uma nova ordem política e económica, nascida de um movimento revolucionário surgido do povo.

Ora, o culto do chefe – ilustrado pelas elogiosas referências a Salazar – é patente na atenção conferida aos líderes fascistas, como Benito Mussolini, reverenciados como se ainda estivessem nos píncaros do poder. A pretexto da celebração da Marcha sobre Roma, optava-se por dar visibilidade ao pensamento do dirigente falecido há quase dois anos, publicando-se a última entrevista concedida a um jornalista italiano. Hitler era apresentado como um «homem honrado», elogiado pela luta anticomunista (Carvalho 1948: 1). O jornal empenhava-se, ademais, na reabilitação dos líderes das nações derrotadas, como era o caso do chefe de Estado do regime de Vichy. Philippe Pétain seria um «herói sem mancha», combatente anticomunista, «soldado sereno e timorato», equiparado a Joana d'Arc, uma vez que «em cada época, os povos têm os seus grandes mártires». Também José António Primo de Rivera figurou no espaço «Os grandes vultos do martírio da Europa».

Um novo «declínio do Ocidente»

Desde a primeira edição que o jornal denunciou o declínio nacional e a degradação cultural e social. O diagnóstico justificava a mobilização em prol da revolução regeneradora que caracterizamos como o mito palingenético do ideário fascista. A destruição cultural era objeto de denúncia e de lamentação, fruto da guerra que funciona como uma alegoria dos ideais vencidos, do colapso da cosmologia e da hierarquia tradicional que se invoca (Griffin 1996: 5), não para a reconstruir tal qual, mas para contestar os vencedores e apelar a uma nova ordem social. Segundo *A Nação*, a guerra «sepultou em escombros algumas das mais extraordinárias realizações do sentimento artístico e religioso», um «património espiritual de sucessivas gerações, espelhando valores de Beleza e de Justiça» (Oliveira 1946). Nesta visão do mundo, a nação seria reificada e personificada «a ponto de ser ‘doente’, ‘decadente’, ‘humilhada’ ou ‘profanada’» (Griffin 2018: 42). Na verdade, era sintoma de um mal-estar mais generalizado, filiando-se numa longa linha de «declínio» do Ocidente que, em última análise, remontava à visão engendrada em torno da queda do Império Romano (do Ocidente), vulgarizada pelo historiador Edward Gibbon – e plasmada em tela, pelo pintor norte-americano Thomas Cole, na série de cinco quadros intitulada *The Course of Empire*.

Aliás, a defesa dos valores da «Revolução Nacional» resultava, pois, sistemática, recorrendo a direção de *A Nação* à redundância para vincar o seu posicionamento, edição após edição. Deste modo, teria sido possível, graças ao «milagre da ressurreição» do 28 de Maio de 1926, «o regresso consciente às fontes de beleza eterna: fé em Deus, amor da Pátria, respeito pela Família, apego ao trabalho, culto pela Justiça, confiança no Presente e certeza no Futuro» (O’Neill 1946c: 1). A revolução regeneradora seria a «Razão de Ser» de *A Nação*. Identificava-se um quadrado ideológico (van Dijk 2005), patente na exaltação das qualidades próprias e na desconsideração de eventuais falhas, a par da desqualificação dos «inimigos», seja enaltecendo os seus deméritos, seja ignorando ou desvalorizando os seus feitos. O jornal posicionava-se frontalmente contra os países vencedores, as suas ideologias e os seus regimes políticos (a tríade Reino Unido, Estados Unidos da América e União Soviética era responsabilizada pela guerra, e os seus esforços de paz ridicularizados, seja em textos, seja em caricaturas, enquanto

os vencidos eram apresentados como heróis). Era a Nova Ordem Europeia, sob os auspícios do III Reich, que se evocava. Recorria-se a uma linguagem de cariz guerreiro – apresentavam-se como «sentinelas», que a partir do seu «posto de observação» assistiam «a manobras constantes destes falsos valores, encrustados, habilidosa e calculadamente no corpo da Revolução Nacional» com o fim de «lhe retardarem os movimentos, desvirtuarem os esforços e, até onde fosse possível, minarem os seus próprios fundamentos» (id.). Assim se veiculava uma ideia de «luta», de ação, ainda que travada nas páginas do jornal. O fosso, escavado semanalmente, entre um «nós» (a comunidade revolucionária construída discursivamente) e o «outro» (os inimigos) tornava-se cada vez mais profundo, chegando a afirmar-se que «mais do que uma trincheira *A Nação* pode e deve ser um centro de concentração e de irradiação de forças contra o inimigo». Os epítetos sobre o «outro» eram abundantes e desumanizantes: «infiltram-se, viscosamente, como as enguias na direção dos lugares rendosos e de influência», aos quais se agarram como «lapas» (id.). Recorrendo à insinuação, os textos tornavam presente nas mentes dos leitores um inimigo espectral, construindo um cenário hobbesiano, ao qual só a nova ordem poderia pôr cobro. A não-nomeação desse inimigo difuso resultava, também, de se visarem elementos afetos ao regime, caso da UN, procurando assim evitar-se problemas de maior aos seus autores.

Um dos alvos explícito era a maçonaria, a quem o jornal imputava uma «felina paciência», em «conciliábulos» e «kuribecas» [designação em Angola], na urdidura dos processos para «neutralizar a eficiência da Revolução»: «começou, assim, com ares de coisa normal, a grande, a trágica Mistificação». Os maçons seriam falsos, «nacionalistas e católicos por fora, internacionalistas e ateus por dentro», alegando partilhar os valores morais e até convertendo-se religiosamente, «fingindo-se tocados pela graça de Deus», «homens que nunca tinham ouvido Missa, que haviam fomentado manifestações anti-clericais, arrombando Igrejas e promovido a profanação dos lugares sagrados!». Assim, «a grande Farsa foi conquistando êxitos animadores e sucessivos», e «a infiltração do inimigo pôde fazer-se», «explorando, com diabólica astúcia, a generosidade da Revolução» (id.). Traição e Revolução tornavam-se quase sinónimos (Marchi 2009a), as «kuribecas maçónicas» atacariam os «verdadeiros nacionalistas», motivados pelo «ódio» e pelo «favor pessoal», «jurando servir o novo regime para melhor o atraiçoar» (Araújo 1947a: 1).

O antissemitismo, com o qual o jornal se alinhou desde a primeira hora, era expresso, fosse pela defesa da «raça superior» («ariana» ou «indo-europeia»), fosse pela narrativa que lhe subjazia: o intento de perseguição aos cristãos. O cristianismo seria «positivo» e a argumentação *a contrario*, consubstanciada na desqualificação da «teocracia semítica para quem Deus era um Deus sanguinário, medonho, tenebroso sempre a exigir dente por dente e olho por olho» (Gomes 1946: 7), veiculava a abjeção dos judeus. A adjetivação contundente era apanágio de textos de autoria diversa publicados em *A Nação*. Citava-se Goebbels a propósito da ameaça judaica, acusando os judeus de mobilizarem a opinião pública contra uma imaginada e *essencial* «natureza alemã»: a «vida patriarcal da família», a «disciplina militar», o «sentimentalismo germânico» (Litorius 1947: 6). A conceção «rácica» do judaísmo – «uma raça estranha» aos alemães – justificava a imputação de especificidades étnicas a presumíveis «falhas» de natureza ético-moral, num libelo canónico do discurso de ódio contra os judeus, responsabilizados pela corrupção da vida económica e moral do povo alemão. Acusados de «tirania espiritual» e de soez materialismo, os judeus não passavam de «uma quinta coluna» (id.), responsável pelo fim do Império germânico e pela instauração da República de Weimar.

O alerta para «o perigo judeu» baseava-se, noutro texto, na teoria da conspiração associada ao *Protocolo dos Sábios do Sião* e no intento judaico de destruir o Cristianismo. Todos os males seriam obra dos judeus – da Revolução Russa a «toda a agitação que se verifica no mundo», passando pelos Julgamentos de Nuremberga (objeto de forte criticismo em textos e em caricaturas do jornal) e pelo despotismo do capitalismo. Subscrevendo a distinção nazi entre «judeus» e «arianos», desenvolvia-se uma argumentação antitética. O judeu seria «mau, perverso, ávido, mercantilista, falso, intrigante, astuto, calculador e interesseiro», isto é, materialista. Em oposição, o ariano seria «nobre, heróico, cavalheiresco e desinteressado, franco e leal até à ingenuidade» (Suna 1947: 6).

Não raro, o discurso antissemita cruzava-se com o discurso anticomunista, dada uma assumida «estreita simbiose do bolchevismo com o semitismo». A metonímia – «Moscovo» pela União Soviética e pelo regime socialista – sustentava a denúncia de uma duplicidade no *modus operandi* soviético: antissemita internamente e aproveitando o «potencial dissolvente dos judeus» para se infiltrar em outros países, contradição que condiziria com a «política sem escrúpulos» do «imperialismo russo-soviético». O discurso anticomunista resultava central no projeto

ideológico do jornal. Disso é exemplo a «Crónica Internacional», que analisava retrospectivamente a dissolução da III Internacional (*Komintern*), classificando-a como uma «farsa», do «bifronte por método e por doutrina» Estaline, para enganar «a burguesia» e assegurar o apoio económico e militar anglo-americano durante o cerco de Estalinegrado, mas sem que, na verdade, tenha renunciado à «revolução mundial do proletariado» (Aboim 1946).

Uma arte palingénética?

Outro tópico interessante, mas nem sempre analisado com certa profundidade nos periódicos, prende-se com a secção poética. Na verdade, por vezes, os versos aí publicados correspondem a transcrições de outros livros ou jornais, outras tantas a eventuais colaboradores, expressando diversos estados de alma. Decerto que aqui nos importa entender se a poesia citada ou original terá encarnado os princípios da revista, tanto mais que a palingénese parece prestar-se a esta expressão literária de «renascimento» (Schiesaro 1994); ou se, pelo contrário, os versos aqui presentes se enquadram na temática da expressão amorosa ou de outros estados de alma.

De facto, desde o primeiro número, a secção «Poesia», dirigida pelo poeta e dramaturgo nacionalista Miguel Trigueiros, afinou pelo diapasão do heroísmo e do sentimento religioso, relacionando «queda», «sacrifício» e «redenção» num registo cristológico e palingénético. Vejam-se, a partir de um poema extraído de um livro em preparação, as referências à Primeira Guerra Mundial e ao ato de lutar, corporizadas na referência à «primeira noite das trincheiras», ou a certo imaginário fascista de «uma grandiosa procissão de velas», perante o espectro da morte, do «adormecimento», talvez nacional? (Craveiro 1946: 5). Sem dúvida, os *leitmotiven* dos artigos acabavam por «esclarecer» ou encaminhar o sentido do poema numa direção específica. Recorde-se que José António Primo de Rivera, líder da Falange, fez do poema *If*, de Rudyard Kipling, uma espécie de filosofia de vida, iluminando-o com o seu sentido de «missão» (Thomas 2012: 109). É, pois, nesta ótica, que devemos situar, por exemplo, a «profissão de fé» de um jovem poeta apelando: «irmãos, é a hora, redentora talvez, decisiva porventura. E a hora é dura! Mas o sonho é grande. E não tem fim...» (Montalegre 1946: 5).

Decerto que este credo, não necessariamente político ou religioso, percebe-se melhor no contexto de uma edição em que, após descrever-se a «ruína» da Itália do pós-guerra, não se escusava a citar Mussolini. Ou seja, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, o *Duce* teria apontado o caminho do «renascimento», pelo que se impunha voltar a escutá-lo nos anos sucedendo a Segunda: «recomeçemos o nosso caminho olhando para a frente. O que foi, na lógica das coisas, retorna. As etapas contam-se por decénios na vida dos povos. Às vezes, por séculos» (Sirimarco 1946: 2). Ademais, no primeiro aniversário da morte de Mussolini, três das oito páginas de *A Nação*, eram consagradas a exaltar a sua figura, do mesmo modo que, nos 25 anos da Marcha sobre Roma, o jornal voltava a assinalar a efeméride.

De resto, já perto do fim, no último número de *A Nação*, os paralelos entre as duas guerras foram traçados com um traço mais cristalino, desta feita recorrendo à prosa. Tratava-se de um texto que começava com uma alusão aos oitocentistas «vencidos da vida», personalidades admiradas pela direita desde os tempos do Integralismo Lusitano. Intitulado «O Clarim do Rovuma», o artigo sublinhava uma das batalhas da campanha portuguesa em Moçambique, em lugar da sempre citada Batalha de la Lys, a qual a Primeira República convertera numa vitória moral da coragem pátria. Seja como for, o autor do artigo voltava a ecoar o mito palingénético, com a «alma nacional» renascendo sob os golpes das ditas «campanhas de pacificação» em África: «tempos idos que eu desejaria ver renascidos na época que atravessamos». Mas, após nova queda imputada à Primeira República, uma vez que «o camartelo da revolução tudo ia demolindo» e os «heróis ou foram esquecidos ou expulsos [...] quando não antes metidos nas masmorras, em nome de uma liberdade apelidada de democracia», algo havia, entretanto, sucedido. Mesmo se a Primeira Guerra Mundial não tivesse gerado «o entusiasmo de outrora», teria, em todo o caso, havido «um clarim que soube interpretar magistralmente o papel romântico que constituiu o inesperado epílogo desta tragédia», quer dizer, o «povo». Alheio, pois, às «maquinações» das elites (republicanas), que apenas conheceriam a linguagem da divisão, este «povo» mitificado teria conservado intacta a essência nacional, enquanto aguardava uma transmutação política, um messianismo redentor, um «estado novo». Daí que, perante o atual «materialismo», se impusesse um novo «despertar» (Branco 1948: 4 e 8).

Seja como for, outros poemas, à maneira daqueles inseridos nas páginas da revista *O Mundo Português*, fixavam-se no exotismo colonial, fazendo uso dos usuais estereótipos em torno da «alegria louca dos batuques negros [...] nos seus sons bárbaros». E, o poeta, não abandonando o darwinismo social e uma certa visão triunfante do Ocidente, podia concluir que «na cidade passava um automóvel, e ninguém ouviu o grito negro que vinha do outro lado da civilização» (Amorim 1946: 5). De igual modo, vale a pena ter presente um exemplo de poesia dedicado à «nação dos pequeninos», acerca de uma história de «um menino-mau» e de um «menino bom». Mais do que o registo um tanto maniqueísta, importa antes sublinhar os sintomáticos estereótipos aí presentes, quando se falava em alguém «rico como um judeu» (Ziró 1946: 11).

Tornando-se mais irregular ao longo de 1946, esta secção acabaria por desaparecer, dando lugar à inclusão de (poucos) poemas avulsos. Um desses exemplos assentou em Mário Beirão, autor da *Marcha da Mocidade Portuguesa* (1996: 394). Neste particular, *A Nação* de 9 de agosto de 1947 apresentava quatro poemas: *Si me vence la angustia* e *Ansiada Soledad*, de Eugenio Mediano Flores; e *Granada e Córdoba*, do livro recém publicado sobre Espanha, *Oiro e Cinzas*, de Mário Beirão. Num tom sombrio e desencantado, onde afluía a ideia do «excesso» espanhol – que percorria os demais poemas de *Oiro e Cinzas* (Neto 2020: 146-147) –, os dois autores (dos regimes autoritários) ibéricos, irmanados no tema da «queda», aludiam a um passado esplendoroso, mas por agora vencido nas «arenas da morte», pelo que «a este tiempo presente nos condena y de él huyendo, oscuro caminante, quiero dar a mi noche nueva albura» (Flores e Beirão 1947: 4).

No entanto, esta «alvorada» acabaria por não chegar, com o jornal a lançar o seu último número (141) a 13 de novembro de 1948, a escassos meses das eleições presidenciais, marcadas pela desistência de Norton de Matos, candidato oposicionista, e a vitória do candidato do regime, Óscar Carmona. O previsível «canto do cisne» da oposição democrática em pouco influenciou o fim deste projeto editorial, o qual se ficou a dever a querelas internas e a questões financeiras. De qualquer modo, sublinhe-se que a própria iconografia seguiu esta estética «heroica» e, também próximo do fim, em 1948, apresentou desenhos originais, de Luís Trindade, sobre os quais vale a pena tecer algumas considerações. Por exemplo, a 3 de abril de 1948, em *O Medo e a Miséria*, Trindade enquadrava, num cenário de guerra, uma caveira, uma cruz caída e

aramé farpado. Num plano central, duas pessoas alquebradas – uma suplicando, a outra amordaçada – como que esboçavam a geometria do «V» de vitória, numa possível alusão figurada ao discurso de Churchill sobre a «cortina de ferro». Por seu lado, a 6 de outubro desse ano, um desenho de abutres pousados numa forca, ao mesmo tempo que a sombra de um lobo se lançava sobre as ruínas da Europa, continha a legenda de «mártires de Nuremberga». Já na edição de 6 de novembro, o destaque foi, porém, para a iconografia «ariana». À pergunta, «a nação continua?», respondida com um «Sim» garrafal, a representação viril e prometeica de um homem sem rosto parecia emergir triunfante das chamas, com o braço direito estendido e uma frase de Nietzsche colhida em *Assim falou Zaratustra*. A 6 de novembro, novamente recorrendo a uma alegoria daquele filósofo, cujos escritos influenciaram o nazi-fascismo, uma coluna grega erguia-se do lodo, derramando luz. Todavia, o jornal que se arvorava em farol nacionalista, volvidas algumas semanas, encerrava definitivamente.

Conclusão

Longe de qualquer ambiguidade ideológica ou «retórica da invisibilidade», para recuperar uma expressão de José Gil a propósito dos discursos de Salazar, o jornal *A Nação* foi decididamente afirmativo quanto aos seus intentos programáticos. Diversos exemplos colhidos de momentos diferentes são, neste particular, esclarecedores. Tome-se a primeira página da edição de 6 de julho 1947, onde era possível encontrar: 1) um artigo versando a maçonaria e, por extensão, a democracia, numa negação do legado revolucionário de 1789; 2) um texto louvando o corporativismo; 3) uma «caixa», onde se afirmava exigir a elevação do nível mental das populações, num regime de mais justiça social, com um arremedo de suástica disfarçada de espiral em tons vermelhos. Não menos sintomático era intitular o suicídio de Hermann Goering, poucas horas antes da sua execução após a condenação à pena capital pelo Tribunal de Nuremberga, como a «A Morte do Herói» (Pimenta 1946: 1).

Redigido num tom agressivo, por vezes bombástico, repleto de imprecações e desenhando um claro «nós» e os «outros», o jornal fez uso de diversas técnicas, com o fito de promover uma ideologia extremista, que louvava figuras gradas do nazi-fascismo. Neste âmbito, conforme

se procurou demonstrar, a sua iconografia (desenhos, caricaturas) e a secção poética carregaram idêntica identificação com o legado fascista, enquadrando o mito palingenético. O apuramento de tal conceito para caracterizar o fascismo, que muito deve aos trabalhos de Roger Griffin, foi aqui tido em especial atenção, tanto mais que *A Nação* afirmou ter surgido num clima de acentuado declínio. Na verdade, este sentimento era jogado com habilidade e ambiguidade. Habilidade, porquanto se buscava diluir sensibilidades diferentes num mesmo caldo ideológico, ao mesmo tempo que se enfatizava a «unidade» e a «diversidade» do «outro» à maneira de Goebbels. Maçonaria, comunismo, liberalismo e democracia não passariam de tantos outros avatares do «eterno judeu», sempre enredado em conspirações capazes de minar a essência nacional e assegurar o domínio mundial. Ambiguidade, uma vez que se minimizavam os ataques a este ou aquele aspeto do Estado Novo, o qual tolerava este baluarte extremista, uma «comunidade imaginada» de fragmentos ideológicos estilhaçados pela derrota de 1945.

Os seus membros, que mantiveram um contacto privilegiado com o «decano» Alfredo Pimenta e alguns nomes importantes da extrema-direita internacional – que, aliás, colaboraram nas páginas de *A Nação* – afirmavam-se como os «novos». Integrariam, conforme se demonstrou, periódicos com idêntica orientação nos anos de 1960, sob o impacto da crescente contestação ao regime e da questão colonial. Em última análise, estabelecem um vínculo, ainda que indireto e interposto, entre o IL e a extrema-direita que navegou o novo sobressalto político e ideológico gerado pela Revolução de Abril.

A análise de editoriais, de títulos, de artigos, de poemas e de desenhos aponta para um retomar de temas caros ao fascismo, sendo de sublinhar o seu antissemitismo, ao qual nem um poema para crianças parece ter escapado. A juventude era, aliás, o seu graal. Daí que, ao contemplar as realizações do Estado Novo, julgasse a MP enquanto o produto mais acabado, do mesmo modo que criticava o «derrotismo» da UN. Sublinhando, assim, o entusiasmo dos novos, marchando fardados, «cantando e rindo», de braço estendido para «quem manda», ao mesmo tempo que registava a falta de vigor do «partido único», o jornal apontava para dois motores essenciais da ideologia fascista: a juventude e o movimento/partido. No fundo, tratava-se de uma confissão de que, algures durante a vida (do regime), o entusiasmo se teria perdido. Além da tradicional crítica ao (não) carisma de Salazar e às características do

Estado Novo, é possível perceber aqui desencanto no que respeita ao triunfo de forças político-ideológicas contrárias na guerra, assim como certa percepção de que a UN deveria cerrar fileiras e esmagar os sectores oposicionistas animados com o desfecho de 1945.

Por sua vez, os temas do Ocidente, da Nova Ordem e do «renascimento» ou «ressurreição» afluíram com frequência, nutrindo-se do mencionado mito palingenético. Em alguns textos divisa-se mesmo uma tentativa de traçar paralelos com o pós-Primeira Guerra Mundial, quer dizer, de como as diferentes nações teriam renascido do conflito, então derrotando o Estado demoliberal e o «perigo vermelho», o qual, desde 1917, irradiava da Rússia. Era assim que a «revolução», a *verdadeira* revolução nacional de 1926, opondo-se diametralmente às outras revoluções (1789, 1910 e 1917), deveria ser reconduzida à sua «pureza original», através de um registo que relembrava os diversos movimentos de renovação religiosa tendo por base a *verdade* inscrita nos evangelhos.

Por último, cumpre acrescentar que *A Nação* terminou no momento em que o Estado Novo, fortalecido no plano externo, recuperava do choque de 1945 e apertava o cerco à oposição. Dois meses depois, em janeiro de 1949, a candidatura à presidência da República do general Norton de Matos, tentativa legal para derrubar o regime, claudicava poucos dias antes do ato eleitoral. Mas, não sendo possível estabelecer um vínculo entre estes acontecimentos, o certo é que, fiel ao seu ideário palingenético, o grupúsculo prometeu, em todo o caso, renascer. Assim, tendo presente o recrudescimento da extrema-direita nas últimas décadas, é nossa intenção dar continuidade a esta análise do «eterno retorno» do «ovo da serpente», através do estudo de outros periódicos, não necessariamente tão enfáticos como *A Nação*, mas aqueles fazendo uso de imagens e simbologias colhidas na tradição histórica (medieval), como, por exemplo, a revista mensal *Feira da Ladra* (1929-1942).

Fontes/Documentação

- Aboim, Corrêa de (2 mar. 1946). “Crónica Internacional. A Rússia no Mundo”, *A Nação*, 2.
Amorim, Roby (4 mai. 1946). “Nocturno”, *A Nação*, 5.
Araújo, Manuel (31 mai. 1947). “Carta Aberta ao Professor Marcelo Caetano”, *A Nação*, 1.

- « — » (31 mai. 1974a). “Traidores”, *A Nação*, 1.
- Azevedo, Fernando Alves (193-). *Mística Imperial*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- BBC (8 mai. 2020). *Winston Churchill’s inspiring wartime speeches in Parliament*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-52588148> (acesso em 24/07/2023).
- Beirão, Mário (1996). *Poesias Completas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Branco, Holbeche Castelo (18 nov. 1948). “O Clarim do Rovuma”, *A Nação*, 4 e 8.
- Caetano, Marcelo (jun.-jul. 1926) “‘Arte’ sem moral nenhuma”, *Ordem Nova*, 156-158.
- Carvalho, Affonso de (1 mai. 1948). “Três anos depois”, *A Nação*, 1.
- Casimiro, Augusto (1916). *A Hora de Nun’Álvares*. Atlântida.
- Cértima, António de (1924). *Epopeia Maldita. O drama da guerra de África*. Lisboa: Portugal-Brasil.
- « — » (1927). *O Ditador: as crises, o homem, a nova ordem*. Lisboa: Livraria Rodrigues.
- Craveiro, Eduardo (23 fev. 1946). “Ficou-se a namorá-las”, *A Nação*, 5.
- Cristo, Francisco Homem (1923). *Mussolini Batisseur de l’Avenir: harangue aux foules latines*. Paris: Société des Éditions Fast.
- Cruz, Martins da (23 fev. 1946). “Os que traem e não traem”, *A Nação*, 2.
- Flores, Eugenio Mediano, Beirão, Mário (9 ago. 1947). “4 Poemas de Eugenio Mediano Flores e Mário Beirão”, *A Nação*, 4.
- Gomes, Francisco de Matos (23 fev. 1946). “Oliveira Martins e o nosso tempo. Um centenário quase esquecido...”, *A Nação*, 7 e 11.
- Lança, Joaquim (2 out. 1948). “«Mais amigos de fazer...» Salvé, Brasil!”, *A Nação*, 1.
- Litorius (31 mai. 1947). “A quinta coluna da Internacional Judaica”, *A Nação*, 6-7.
- Montalegre, Duarte de (2 mar. 1946). “Não amordaçem a minha boca”, *A Nação*, 5.
- O’Neill, José (23 fev. 1946). “Na hora própria”, *A Nação*, 1.
- « — » (2 mar. 1946a). “O discurso do Sr. Presidente do Conselho”, *A Nação*, in Riccardo Marchi, (2009a). *Folhas Ultras. As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 102.
- « — » (2 mar. 1946b). “Este minuto que vivemos”, *A Nação*, 1.
- « — » (3 ago. 1946c). “Razão de ser II”, *A Nação*, 1.

- « — » (22 fev. 1947). “Primeiro ano de luta”, *A Nação*, in Riccardo Marchi, (2009a). *Folhas Ultras. As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 100.
- Oliveira, Rodrigues de (2 mar. 1946). “Ruínas”, *A Nação*, 16.
- Pimenta, Alfredo (9 nov. 1946). “A morte do herói”, *A Nação*, 1.
- Redação (25 out. 1947a). “Falemos um pouco de nós”, *A Nação*, 4.
- Salgado, Plínio (23 fev. 1946). “Invocação de Nun’ Álvares (resumo de um discurso)”, *A Nação*, 1 e 13.
- Sirimarco, Mário (3 mar. 1946). “Paz na Itália”, *A Nação*, 2.
- Suna, Nuno de Monte (26 de jul. 1947). “O perigo judeu”, *A Nação*, 6.
- Ziró (21 dez. 1946). “História do Menino-Mau e do Menino-Bom”, *A Nação*, 11.

Bibliografia

- Anderson, Benedict (2005). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Collotti, Enzo (1992). *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Caminho.
- Genette, Gérard (1997). *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gil, José (2023). *Morte e Democracia*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Griffin, Roger (1996). “Staging the Nation’s Rebirth: the Politics and Aesthetics of Performance in the Context of Fascist Studies”, in Günter Berghaus (ed.), *Fascism and Theatre: The Politics and Aesthetics of Performance in the Era of Fascism*. Oxford: Berghahn Books, 11-29.
- « — » (2012). “Studying Fascism in a Postfascist Age. From New Consensus to New Wave?”, *Fascism*, 1, 1-17.
- « — » (2018). *Fascism*. Cambridge: Polity Press.
- Leal, Ernesto Castro (1994). *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- « — » (2008). *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Lucena, Manuel (2002). “Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu”, *Análise Social*, 162, 7-46.
- Madeira, Bruno (2020). *Homens entre Ruínas? Ideias, Narrativas, Mundividências e Representações das Direitas Radicais Portuguesas (1974-1985)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento).

- « — » (2021). “A intervenção cultural como estratégia de assalto ao poder das direitas radicais portuguesas (1986-2019)”, in Cecília Honório, João Mineiro (orgs.), *Novas e Velhas Extremas-Direitas*. Lisboa: Parsifal, 143-157.
- « — » (2023). “Não se Convida a Juventude para um Enterro: as Reacções e as Representações da Direita Radical Portuguesa acerca da Revolução de 25 de Abril de 1974 (1974-1985)”, *Rubrica Contemporanea*, XII, 24. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 111-132. Disponível em: <https://revistes.uab.cat/rubrica/article/view/v12-n24-madeira> (acesso em 23/02/2024).
- Mann, Michael (2011). *Fascistas*. Lisboa: Edições 70.
- Marchi, Riccardo (2009a). *Folhas Ultras. As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- « — » (2009b). *Império, Nação, Revolução. As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*. Alfragide: Texto.
- « — » (2020). *The Portuguese Far Right. Between Late Authoritarianism and Democracy*. London, New York: Routledge.
- Martins, Carlos (2022). *Fascismos: para além de Hitler e Mussolini*. Lisboa: Edições Saída de Emergência.
- Milza, Pierre (2001). *Les Fascismes*. Paris: Éditions du Seuil.
- Moffitt, Benjamin (2015). “How to Perform Crisis: A Model for Understanding the Key Role of Crisis in Contemporary Populism”, *Government and Opposition*, 50, 2, 189-217.
- Mudde, Cas (2004). “The Populist Zeitgeist”, *Government and Opposition*, 39, 4, 541-563.
- Narita, Felipe Ziotti, Morelock, Jeremiah (2018, 13 de julho). “Dialética do populismo”, *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/dialetica-do-populismo/> (acesso em 21/07/2023).
- Neto, Sérgio (2020). “Una historia trágico-telúrica: Miguel Torga y la Guerra Civil española”, *Rubrica Contemporanea*, IX, 17. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 139-153. Disponível em: <https://revistes.uab.cat/rubrica/article/view/v9-n17-neto> (acesso em 26/07/2023).
- Panizza, Francisco (2005). “Introduction: Populism and the Mirror of Democracy”, in Francisco Panizza (ed.), *Populism and the Mirror of Democracy*. London, New York: Verso, 1-31.
- Paxton, Robert (2004). *Le Fascisme en Action*. Paris: Éditions du Seuil.
- Pinto, António Costa (1989). “O Fascismo e a Crise da Primeira República: os Nacionalistas Lusitanos (1923-23)”, *Penélope*, 3, Lisboa, 43-62.

- « — » (1992). *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa.
- « — » (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Estampa.
- Rosas, Fernando (2001). "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo", *Análise Social*, 157, 1031-1054.
- « — » (2012). *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China.
- « — » (2019). *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Tinta da China.
- Schiesaro, Alessandro (1994). "The Palingenesis of *De Rerum Natura*", *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 40, 81-107. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44712047> (acesso em 26/07/2023).
- Serrano, Clara (2017). *Arte de Falar e Arte de estar Calado. Augusto de Castro – Jornalismo e Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra.
- Sousa, Jorge Pais de (2011). *O Fascismo Catedrático de Salazar. Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha (1914-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Thomas, Hugh (2012). *The Spanish Civil War*. London: Penguin Books.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estado Novo, Estados Novos*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Walty, Ivete (2009). "Intertextualidade", in *E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia*. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/intertextualidade> (acesso em 19/07/2023).
- van Dijk, Teun Adrianus (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto: Campo das Letras.